

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

ESPECIALISTA LEGISLATIVO - ESPECIALIDADE - QUALQUER NÍVEL SUPERIOR

Tipo 4 – AZUL



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
 - Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
 - Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
 - Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
 - Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
 - Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
 - O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
 - Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
 - A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos
 - Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa Sorte!

Língua Portuguesa

Texto 1 - “A questão do político – ou da política – é, ao mesmo tempo, simples e complexa. Simples, se for abordada pelo viés da opinião: trata-se de ser a favor ou contra um projeto da sociedade, a favor ou contra tal partido, a favor ou contra um determinado político (homem ou mulher). Se essa opinião for expressa num voto, na participação em uma manifestação, numa ação militante ou simplesmente durante uma discussão, a questão política se reduz a uma tomada de posição mais ou menos argumentada”. (Patrick Charaudeau, *A conquista da opinião pública*. São Paulo: ConTexto, 2016. p. 9)

1

Sobre a estruturação desse segmento da introdução do livro referido, a única afirmativa correta é:

- (A) o autor distingue os espaços do político e da política no primeiro período do texto;
- (B) o texto, após qualificar a questão da política como simples e complexa, explica as duas qualificações;
- (C) a simplicidade da política é considerada de forma condicionada, o que abre espaço para sua complexidade;
- (D) as votações, as manifestações, as ações militantes ou as discussões são exemplos que indicam a complexidade da política;
- (E) a expressão “mais ou menos argumentada” mostra a dificuldade da tarefa de argumentar nas questões políticas.

2

“...a favor ou contra um determinado político (homem ou mulher)”. O autor do texto 1 inseriu a explicação entre parênteses a fim de:

- (A) adequar-se ao momento de maior presença das mulheres na política;
- (B) indicar a possibilidade de o cargo político poder ser exercido por homem ou mulher;
- (C) contornar a impossibilidade textual de a forma “político” referir-se a mulheres;
- (D) distanciar-se das discussões entre sexo e gênero;
- (E) defender sua visão feminista da atividade política.

Texto 2 - Um folheto de propaganda de vinhos, a propósito de uma determinada marca, diz o seguinte: “O toque de sofisticação deste rosé começa com o “vino lock”, uma tampa de vidro que sela vinhos especiais, e este vinho é assim do começo ao fim. Além dos aromas delicados de frutas vermelhas e pétalas de rosa, traz acidez moderada e leve doçura ao paladar. Fresco e alegre, este é um rosé que expressa um caráter moderno da mais tradicional região para a produção de rosés do mundo, a Provence”.

3

O texto 2, do desejo de vender o produto, apela sobretudo para:

- (A) a sofisticação da embalagem;
- (B) a junção de tradição e modernidade;
- (C) a delicadeza da coloração do vinho;
- (D) a variedade que atende a vários gostos;
- (E) a distinção de classes sociais por meio da seleção de vinhos.

Texto 3 - “A ética lida com aquilo que pode ser diferente do que é. O terremoto que aniquila uma comunidade ou a leucemia que destrói a vida de um jovem provocam em nós um sentimento íntimo de revolta, mas não se prestam à condenação moral. São eventos naturais, determinados por mecanismos causais inerentes ao mundo físico e que independem por completo da vontade e escolha humanas. Podemos, é claro, evitar a construção de cidades em áreas de risco e buscar a cura da leucemia; ou aceitar estoicamente os fatos; ou rezar. Mas seria absurdo supor que eventos como estes possam ser diferentes do que são”. (Eduardo Giannetti, *Vícios privados, benefícios públicos?* São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 19)

4

A afirmação correta sobre o conteúdo desse texto 3 de Giannetti é:

- (A) o terremoto e a leucemia, por serem eventos naturais, provocam consequências contempladas pela ética;
- (B) o fato de evitar-se a construção de cidades em áreas de risco desmente a afirmação de que os fatos citados são inevitáveis;
- (C) os fatos naturais não são passíveis de condenação moral por dependerem de causas inevitáveis ligadas ao mundo físico;
- (D) o período final do texto mostra o absurdo de alguns fenômenos naturais;
- (E) a busca da cura da leucemia mostra o triunfo da ética sobre a inevitabilidade das coisas.

5

O texto 3 de Giannetti fala de “aceitar estoicamente os fatos”; isso significa:

- (A) aceitar a tragicidade da vida com resignação religiosa;
- (B) conformar-se impassivelmente em face da dor ou do infortúnio;
- (C) revoltar-se contra as injustiças praticadas pelos homens;
- (D) indignar-se com os fatos incompreensíveis do destino;
- (E) resignar-se diante dos problemas causados pelo mundo físico.

6

Uma das marcas textuais é a coesão, que liga formalmente palavras do texto. O termo sublinhado no texto 3 que NÃO repete ou se refere a um termo anterior é:

- (A) “A ética lida com aquilo que pode ser diferente do que é. O terremoto que aniquila uma comunidade ou a leucemia que destrói a vida de um jovem”.
- (B) “A ética lida com aquilo que pode ser diferente do que é. O terremoto que aniquila uma comunidade ou a leucemia que destrói a vida de um jovem”.
- (C) “A ética lida com aquilo que pode ser diferente do que é. O terremoto que aniquila uma comunidade ou a leucemia que destrói a vida de um jovem”.
- (D) “Mas seria absurdo supor que eventos como estes possam ser diferentes do que são”.
- (E) “Mas seria absurdo supor que eventos como estes possam ser diferentes do que são”.

7

As relações semânticas entre palavras e expressões de um texto são identificadas por sinonímia, antonímia, hiponímia, homonímia e polissemia.

A relação abaixo, do segundo em relação ao primeiro vocábulo, que exemplifica hiponímia é:

- (A) contente/satisfeito;
- (B) serrote/ferramenta;
- (C) sábia/sabiá;
- (D) emigrar/imigrar;
- (E) autor/shakespeare.

8

Uma carta de leitor do jornal *O Globo* mostrava o seguinte texto em 1988: "Levando um amigo ao Hospital Souza Aguiar, notei uma dedicação heróica dos médicos no trabalho nocturno. Um dos atendimentos de urgência necessitava de uma vacina antirrábica, que não havia em estoque, mas que foi rapidamente adquirida. Ainda se vêem profissionais como antigamente e minha idéia é divulgar esse trabalho para servir de exemplo". (*O Globo*, 02/10/1988)

Segundo o sistema ortográfico oficial vigente em 2013, o vocábulo que está corretamente grafado é:

- (A) heróica;
- (B) nocturno;
- (C) antirrábica;
- (D) vêem;
- (E) idéia.

9

Sabemos todos que os advérbios pertencem a uma classe de palavras que não apresentam variação de gênero; a frase abaixo em que a palavra sublinhada, apesar de ser um advérbio, apresenta corretamente esse tipo de variação é:

- (A) a tripulação chegou toda assustada;
- (B) as imigrantes estavam meias enstresticadas;
- (C) é proibida a entrada de pessoas sem camisa;
- (D) ela disse um "muito obrigada" bastante delicado;
- (E) ela mesma fez a decoração da casa.

10

Entre as frases abaixo, aquela que é integralmente construída em linguagem formal é:

- (A) "Quem inventou o trabalho não tinha o que fazer". (Barão de Itararé)
- (B) "Bom de briga é aquele que cai fora". (Adoniram Barbosa)
- (C) "Você não se preocupava com o que as pessoas pensam de você, se soubesse como é raro elas fazerem isso". (Olin Miller)
- (D) "Você não pode colocar uma etiqueta de preço no amor, mas pode colocar ela em todos os seus acessórios". (Nouailles)
- (E) "Vive cada dia como se fosse o último, pois tenha certeza de que um dia desses vai ser mesmo". (Alfred Newman)

11

A afirmação correta sobre os elementos verbais da charge abaixo é:



- (A) após a frase "cuidado na saída", em lugar da vírgula, poderia estar adequadamente empregada a conjunção "portanto";
- (B) o termo "na saída" pode ser substituído por "enquanto tiver saindo";
- (C) o termo "que" após o adjetivo "desconfiada" deveria ser substituído por "já que" ou "visto que";
- (D) o pronome pessoal "te" deveria ser substituído por "lhe";
- (E) a forma verbal "tem", em linguagem formal, poderia ser substituída por "há".

12

O vocábulo abaixo que é formado pelo processo de parassíntese é:

- (A) pré-história;
- (B) inconstitucional;
- (C) perigosíssimo;
- (D) embarque;
- (E) desalmado.

13

Em todas as frases abaixo há estrangeirismos; indique o item em que se afirma corretamente algo sobre o estrangeirismo sublinhado:

- (A) "O currículo foi entregue à secretária do colégio" / adaptação gráfica da forma latina *curriculum*;
- (B) "O álibi apresentado ao juiz foi o suficiente para inocentar o acusado" / utilização da forma latina original;
- (C) "O xampu era vendido pela metade do preço" / tradução da forma inglesa *shampoo*;
- (D) "As aulas de marketing eram as mais interessantes" / adequação gráfica de palavra inglesa;
- (E) "Os encontros dos adolescentes eram sempre no mesmo point da praia" / tradução de palavra portuguesa.

14

Observe o seguinte período, retirado do livro *O Crime do Padre Amaro*, do escritor português Eça de Queiroz:

“A tarde caía quando d. Maria e Amélia voltaram para a cidade. Amélia adiante, calada, chibatava a sua burrinha, enquanto d. Maria vinha falando com o moço da quinta, que segurava a arreata”.

Sobre a estrutura sintática desse segmento, a única afirmação correta é:

- (A) o primeiro período é composto por uma só oração;
- (B) o segundo período é constituído por coordenação e subordinação;
- (C) o segundo período é formado por quatro orações;
- (D) no segundo período, o sujeito é o mesmo em todas as orações;
- (E) nos dois períodos há orações subordinadas de valor temporal.

15

O segundo período do mesmo segmento do romance *O Crime do Padre Amaro*, deve ser classificado como:

- (A) narrativo, pois relata uma sequência de ações que envolvem dois personagens;
- (B) narrativo, visto que há um narrador que informa aos leitores os acontecimentos de um determinado momento;
- (C) descritivo, pois mostra ações simultâneas num determinado espaço de tempo;
- (D) dissertativo expositivo, já que o autor do texto informa aos leitores acontecimentos de interesse;
- (E) dissertativo argumentativo, porque o expositor defende implicitamente a ideia de vida tranquila no campo.

16

Para que se respeite a concordância verbal, será preciso corrigir a seguinte frase:

- (A) Têm havido dúvidas sobre a possibilidade de recuperação econômica do país em curto prazo;
- (B) Têm sido levantadas dúvidas sobre a capacidade do sistema do INSS continuar funcionando a contento;
- (C) Não se impute aos governos recentes a exclusiva responsabilidade pelas dificuldades econômicas do país;
- (D) Que dúvidas têm divulgado os jornalistas sobre a atuação da polícia nas passeatas?
- (E) Caso deixasse de haver as grandes bibliotecas públicas, os estudantes mais pobres sofreriam grande prejuízo.

Texto 4 - PRIVAÇÕES

Verissimo, O Globo, 20/10/2016

“Durante anos, o Brasil sofreu a privação do Frank Sinatra. Passava ano, passava ano, e o Frank Sinatra não vinha. Nossa maior angústia era com o tempo: se demorasse muito para vir, o Frank Sinatra, quando viesse, não seria mais o mesmo. Poderia não ter mais a grande voz, ou ser uma múmia de si mesmo. Por que o Frank Sinatra não vinha ao Brasil enquanto era tempo? E, finalmente, o Frank Sinatra veio ao Brasil. E a espera, concordaram todos, tinha valido a pena. Sinatra cantou no Rio Palace para endinheirados e no Maracanã para uma multidão. Sua voz era a mesma dos bons tempos, apenas envelhecida em tonéis de carvalho como um bom Bourbon. O Brasil agradeceu a Sinatra com o maior público de sua carreira. E ficou feliz”.

17

Nesse primeiro parágrafo de uma crônica de Verissimo há cinco vezes o termo Frank Sinatra. A repetição idêntica tem a finalidade de:

- (A) indicar a angústia da espera pela visita de Sinatra;
- (B) criticar o exagero das pessoas na admiração ao artista;
- (C) destacar a importância da presença do cantor entre nós;
- (D) mostrar que a expectativa era de todas as classes sociais;
- (E) enfatizar os vários argumentos a favor da vinda do artista.

18

No texto 4 está presente o seguinte segmento: “Poderia não ter mais a grande voz, ou ser uma múmia de si mesmo”.

Nesse segmento exemplifica-se a seguinte figura de linguagem:

- (A) antítese;
- (B) metáfora;
- (C) metonímia;
- (D) pleonasmos;
- (E) paradoxo.

Texto 5 - Folha de São Paulo, 26/7/2016.

NO JAPÃO, ATAQUE A FACA EM CENTRO PARA DEFICIENTES DEIXA 15 MORTOS.

Ao menos 15 pessoas morreram e 45 ficaram feridas após serem esfaqueadas por um homem que invadiu um centro de assistência a pessoas com deficiência em Sagami-hara, no Japão.

O suspeito, que havia trabalhado no local, se entregou à polícia logo após o ataque. A motivação dele ainda é desconhecida.

Segundo o Aurélio, o lide é a “parte introdutória de matéria jornalística, na qual se procura dar o fato, objetiva e sinteticamente, com o fim de responder às questões: o quê, quem, quando, onde, como e por quê”.

19

Aplicando-se a definição ao texto 5, vemos que estão ausentes do texto:

- (A) o quê / quem;
- (B) quando / onde;
- (C) como / por quê;
- (D) por quê / quando;
- (E) onde / como.

20

Na redação oficial, em caso de um aluno dirigir um requerimento ao Reitor de uma universidade, o tratamento adequado é o de:

- (A) Vossa Senhoria;
- (B) Vossa Magnificência;
- (C) Vossa Excelência;
- (D) Vossa Reverendíssima;
- (E) Vossa Alteza.

21

No texto 5 há várias ocorrências de preposições; a ocorrência em que a preposição tem seu valor semântico indicado de forma **INADEQUADA**:

- (A) “ataque A faca” / meio ou instrumento;
- (B) “ataque a faca EM centro para deficientes” / lugar;
- (C) “centro PARA deficientes” / finalidade;
- (D) “ficaram feridas APÓS serem esfaqueadas” / tempo;
- (E) “pessoas COM deficiência” / companhia.

22

A afirmativa abaixo que apresenta corretamente um comentário sobre os componentes do texto 5 é:

- (A) a expressão “ao menos” quantifica precisamente o número das vítimas;
- (B) a forma verbal “serem esfaqueadas” mostra um caso de voz reflexiva;
- (C) o termo “suspeito” é incoerente por tratar-se de um criminoso confesso;
- (D) o relativo em “que havia trabalhado” tem por antecedente “um homem”;
- (E) o possessivo “dele” equivale a “do crime”.

23

“A percepção de um perigo iminente, real ou imaginário, provoca uma descarga automática de adrenalina em nosso sistema nervoso. O efeito imediato disso é a adoção de um comportamento defensivo que, por sua vez, anula a causa original da descarga. A adrenalina torna o indivíduo mais alerta e atento a mudanças no ambiente e estimula ações impulsivas de resposta ao perigo, como a fuga ou a busca de abrigo” – Eduardo Giannetti, *Vícios privados, benefícios públicos*)

Segundo esse pequeno segmento de texto, a adrenalina:

- (A) funciona como motor de ações impensadas e prejudiciais;
- (B) leva o ser humano a perceber a presença de um perigo iminente;
- (C) faz com que o homem promova mudanças no ambiente;
- (D) provoca mudanças no comportamento;
- (E) anula possibilidades de defesa diante do perigo.

24

O comentário correto sobre os componentes desse segmento de texto é:

- (A) houve troca indevida do autor entre os parônimos iminente/eminente;
- (B) houve troca indevida entre os parônimos imediato/mediato;
- (C) a troca de ordem dos adjetivos “real” e “imaginário” provoca mudança de sentido;
- (D) o emprego do verbo “tornar” indica continuidade de estado;
- (E) os substantivos “fuga” e “busca” exigem a mesma preposição no complemento.

Noções de Direito Público**25**

Irineu, professor estadual, tomou posse no cargo de deputado estadual. No mesmo dia, foi informado que o seu regime estipendial seria alterado.

À luz dessa narrativa e dos balizamentos estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que Irineu:

- (A) até a posse, recebia subsídio, sendo vedado o acréscimo de qualquer gratificação;
- (B) após a posse, passou a receber remuneração, sendo permitido o recebimento de verba de representação;
- (C) até a posse, recebia remuneração, sendo permitido o recebimento de adicional;
- (D) após a posse, passou a receber subsídio, vedada a percepção de qualquer verba indenizatória;
- (E) após a posse, poderia receber conjuntamente o subsídio e a remuneração, desde que observado o teto remuneratório.

26

Elias, prefeito municipal, informou à sua assessoria que gostaria de promover, junto à população, as realizações de sua administração. Na ocasião, foi informado que esse tipo de publicidade não poderia conter nomes e imagens, de modo que, longe de ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, visasse à promoção pessoal de Elias.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a orientação da assessoria está em harmonia com o denominado princípio da:

- (A) responsabilidade;
- (B) transparência;
- (C) avaliação popular;
- (D) impessoalidade;
- (E) eletividade.

27

Ednaldo tinha o sonho de seguir carreira na política e almejava criar um partido político. Para tanto, procurou seu amigo Augusto e perguntou quais as características de um ente dessa natureza. O seu amigo formulou diversas proposições, mas somente uma está em harmonia com a ordem constitucional.

A proposição correta é:

- (A) pode ser regional;
- (B) é inicialmente estadual;
- (C) é necessariamente nacional;
- (D) integra a administração pública direta;
- (E) integra a administração pública indireta.

28

O Deputado Estadual Alfa, em inflamado discurso proferido na Assembleia Legislativa do Estado X, afirmou que determinado setor da Administração Pública do respectivo Estado funcionava muito mal, acrescentando que o motivo era a desonestidade de muitos servidores, que deveriam estar em uma prisão, não em uma repartição.

À luz desse pronunciamento e das garantias constitucionais outorgadas aos Deputados Estaduais, é correto afirmar que Alfa:

- (A) não pode ser responsabilizado em razão do pronunciamento realizado;
- (B) pode ser responsabilizado como qualquer pessoa do povo, não recebendo qualquer tratamento diferenciado;
- (C) somente poderia responder a um processo criminal se isso fosse autorizado pelo Tribunal de Justiça;
- (D) deve ser responsabilizado, pois somente poderia afrontar a honra alheia mediante prévia autorização judicial;
- (E) poderia ser responsabilizado apenas pelos danos morais causados aos servidores a que se referiu.

29

Logo após tomar posse no cargo, determinado deputado estadual foi informado por seus assessores que diversas associações solicitaram a apresentação de projeto de lei que disciplinasse certas condutas. Os assessores também informaram que a matéria era de *competência concorrente* da União, dos Estados e do Distrito Federal.

À luz desse quadro, é correto afirmar que eventual projeto de lei:

- (A) não poderia destoar das normas gerais anteriormente editadas pela União;
- (B) poderia ser livremente apresentado, não estando vinculado às normas editadas pela União;
- (C) somente poderia ser apresentado caso a União, em momento anterior, tivesse veiculado normas gerais sobre a matéria;
- (D) somente poderia ser apresentado caso autorizado pela União;
- (E) por veicular normas específicas para o Estado, revogaria as normas gerais editadas pela União.

30

Edson, no afã de conhecer o alcance dos direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil, perguntou ao seu amigo Antônio se a denominada “inviolabilidade do domicílio” teria alguma exceção que permitisse a policiais ingressarem, contra a sua vontade, em sua casa. Em resposta, Antônio apresentou diversas proposições, mas apenas uma delas está em harmonia com a ordem constitucional. A proposição correta é:

- (A) os policiais somente podem ingressar na casa de Edson se tiverem uma ordem judicial;
- (B) a inviolabilidade do domicílio é absoluta, não comportando exceções;
- (C) os policiais, por serem agentes públicos, estão autorizados a ingressar na casa de Edson sempre que necessário;
- (D) os policiais podem ingressar na casa de Edson a qualquer momento, desde que tenham uma ordem judicial;
- (E) os policiais podem ingressar na casa de Edson caso um crime esteja sendo praticado.

31

O governador do Estado X consultou sua assessoria sobre a existência de um bem público estadual no qual poderia ser instalada uma escola. Após alentada pesquisa, foi identificada a existência de (1) uma praça pouco frequentada, (2) um posto de saúde com reduzido movimento, (3) um terreno vazio, (4) uma construção desativada e (5) uma repartição do Departamento Estadual de Trânsito, que realizava um número de atendimentos inferior à média. Com os olhos voltados a esses bens, concluiu que a melhor opção, nos planos social, jurídico e econômico, seria instalar a escola em um bem de uso especial.

É correto afirmar que possui esta natureza jurídica o(s) bem(ns) referido(s) em:

- (A) 1 e 2;
- (B) 3;
- (C) 4;
- (D) 5;
- (E) 3 e 5.

32

Silvio e Maria travaram intenso debate a respeito do conceito de cidadania, considerada, pelo inciso II do art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Silvio defendia que todo brasileiro é cidadão, enquanto Maria ressaltava a necessidade de serem preenchidos alguns requisitos para a obtenção da cidadania.

A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) Maria está errada, pois a cidadania surge e se perpetua com o nascimento;
- (B) Silvio está errado, pois é possível existir um brasileiro que não seja cidadão;
- (C) Silvio está certo, pois é a cidadania que permite a aquisição da nacionalidade brasileira;
- (D) Maria está certa, pois é preciso que a cidadania seja deferida pelo Ministro da Justiça;
- (E) Maria está certa, pois a cidadania sempre exige o prévio requerimento da nacionalidade brasileira.

Técnica Legislativa e Noções do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

33

Consoante dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a Comissão de Orçamento, Finanças, Tributação, Fiscalização Financeira e Controle é uma comissão:

- (A) permanente, formada por sete membros, à qual compete, dentre outras, examinar e emitir parecer sobre as contas anualmente apresentadas pelo Governador;
- (B) permanente, formada por cinco membros, à qual compete, dentre outras, efetuar a tomada de contas do Ministério Público Estadual;
- (C) permanente, formada por sete membros, à qual compete, dentre outras, oferecer parecer nas proposições que disponham sobre a concessão de Títulos de Cidadão do Estado do Rio de Janeiro ou Medalha Tiradentes;
- (D) temporária, formada por cinco membros, à qual compete, dentre outras, opinar sobre projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais;
- (E) temporária, formada por sete membros, à qual compete, dentre outras, decidir sobre quaisquer proposições de implicações orçamentárias, bem como empréstimos públicos.

34

De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, à Mesa Diretora compete, além de diversas funções atribuídas em outros dispositivos regimentais:

- (A) indicar ao Plenário, observada a Constituição do Estado, os candidatos a integrem o Tribunal de Justiça do Estado;
- (B) encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários ao funcionamento da Assembleia e dos seus serviços;
- (C) fazer publicar, mensalmente, os balancetes do movimento contábil da Assembleia e do Tribunal de Contas;
- (D) decidir, em primeira instância, quaisquer recursos contra atos da Diretoria-Geral da Assembleia, vedado novo recurso sobre matéria fática;
- (E) designar e fazer publicar, com vinte e quatro horas de antecedência, a Ordem do Dia das sessões da Assembleia.

35

Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro emitiu parecer concluindo, por unanimidade dos membros presentes, pela inconstitucionalidade de determinada proposição.

De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a tramitação da proposição:

- (A) prosseguirá normalmente o devido processo legislativo, aguardando os pareceres das demais comissões, e ainda caberá recurso do autor no prazo máximo de trinta dias da publicação do parecer;
- (B) prosseguirá normalmente o devido processo legislativo, aguardando os pareceres das demais comissões, e não caberá recurso do autor da proposição que, contudo, poderá fazer uso da palavra em plenário para defender a sua constitucionalidade;
- (C) será suspensa parcialmente, no aguardo da publicação dos pareceres das demais comissões, não cabendo recurso do autor e, em seguida, será encaminhada à Mesa Diretora para inclusão em pauta de votação pelo plenário;
- (D) será interrompida de imediato e encaminhada à Mesa Diretora, caso não tenha sido distribuída a outras comissões, cabendo recurso do autor no prazo máximo de quinze dias da publicação do parecer;
- (E) será interrompida de imediato e encaminhada à Mesa Diretora, ainda que distribuída a outras comissões, cabendo recurso do autor no prazo máximo de trinta dias da publicação do parecer.

36

Em tema de veto a projeto de lei, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro estabelece que:

- (A) qualquer projeto ou parte dele, vetado pelo Governador do Estado e recebido em devolução, será publicado em até cinco dias e despachado em vinte e quatro horas à Comissão de Constituição e Justiça;
- (B) o veto será apreciado no prazo de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, em votação por escrutínio aberto;
- (C) a Casa Legislativa poderá rever o veto total de um projeto, que abrange-o num todo, vedada a análise do veto parcial que atinja o texto integral do artigo, do parágrafo, do inciso e da alínea, e assim deverá ser apreciado;
- (D) os Líderes poderão proceder ao encaminhamento de votação de veto, usando da palavra para discuti-lo, por até trinta minutos cada um, permitida uma prorrogação por igual período;
- (E) se o veto for rejeitado pela Assembleia, será o projeto enviado ao Governador para publicação e, caso este não o faça no prazo de cinco dias, o Presidente da Assembleia Legislativa deverá fazê-lo no mesmo prazo.

37

Em matéria de fases de elaboração legislativa, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro conceitua:

- (A) discussão como conduta do Deputado que se referir a qualquer parlamentar da Casa de forma injuriosa ou difamatória;
- (B) preferência como o ato de separar uma proposição de um grupo, ou parte do texto de uma proposição, para possibilitar sua votação isolada pelo Plenário;
- (C) prejudicialidade como a abreviação do processo legislativo em virtude de interesse público relevante, em atenção ao princípio da celeridade;
- (D) aparte como interrupção breve e oportuna do orador, para indagação ou esclarecimento relativo à matéria em debate, que não pode ultrapassar dois minutos;
- (E) destaque como a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outra ou outras, mediante deliberação do Plenário.

38

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro estabelece que emenda é a proposição apresentada como acessória de outra.

De acordo com o diploma normativo citado, entre as espécies de emenda, destaca-se a:

- (A) modificativa, que é aquela que altera outra sem modificá-la substancialmente;
- (B) supressiva, que é aquela que manda erradicar integralmente a originária, substituindo-a por uma nova;
- (C) de redação, que é aquela que se destina a corrigir inconstitucionalidades formais e materiais;
- (D) aditiva, que é aquela que pretende suceder a originária, com nova redação sobre o tema;
- (E) substitutiva, que é aquela que tem por finalidade retificar falhas, absurdos manifestos ou incorreções de linguagem.

39

Acerca do Decreto Legislativo, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro dispõe que os projetos de decreto legislativo se destinam a regular as matérias de:

- (A) exclusiva competência do Poder Legislativo, sem a sanção do Governador do Estado;
- (B) natureza administrativa do Poder Legislativo, devendo ser sancionados pelo Governador do Estado;
- (C) fixação de subsídios e vencimentos dos integrantes do Poder Legislativo, devendo ser sancionados pelo Governador do Estado;
- (D) cunho disciplinar dos membros e servidores do Poder Legislativo, sem a sanção do Governador do Estado;
- (E) regime jurídico dos servidores do Poder Legislativo, devendo ser sancionados pelo Governador do Estado.

40

No curso de determinado processo legislativo, Deputado Estadual autor de certo projeto de lei entende ser necessária a convocação de Secretário de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto de sua pasta, previamente determinado no bojo do mencionado processo.

De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o requerimento de convocação em tela será:

- (A) escrito, dependerá de requisição do próprio Deputado e o não comparecimento implicará condução coercitiva;
- (B) escrito, dependerá de deliberação do Plenário e sofrerá discussão;
- (C) escrito, não dependerá de deliberação do Plenário e de discussão e o não comparecimento implicará crime;
- (D) verbal, mas publicado no Diário Oficial, não dependerá de deliberação do Plenário e a ausência implicará crime comum;
- (E) verbal, mas dependerá de deliberação do Plenário e o não comparecimento implicará crime de responsabilidade.

Conhecimentos Específicos

41

De acordo com as disposições constitucionais, compete aos entes públicos desenvolver um adequado processo de planejamento, que auxilie no cumprimento das suas competências institucionais.

Uma das peculiaridades do processo de planejamento do setor público é que:

- (A) cada etapa do ciclo orçamentário pode ser cumprida de forma alternada pelos poderes;
- (B) as prioridades do PPA federal devem ser refletidas nos planos dos entes estaduais e municipais;
- (C) além do PPA, compete à União elaborar planos de desenvolvimento econômico e social;
- (D) há participação apenas dos poderes Executivo e Legislativo;
- (E) os instrumentos de planejamento são elaborados de forma independente.

42

A fiscalização dos contratos administrativos abrange:

- I. a verificação de materiais empregados;
- II. a adoção de experiências de funcionamento;
- III. a admissão de testes e provas de carga.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente I e III;
- (E) I, II e III.

43

Com relação ao ciclo de vida dos projetos, analise as afirmativas a seguir:

I. O potencial de adicionar valor a um projeto é significativo ao longo de todo o seu ciclo de vida.

II. O custo de promoção de mudanças em projeto é pequeno nas fases iniciais e muito grande nas fases finais.

III. A capacidade de adequação de um projeto é decrescente ao longo de sua duração.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e III;
- (E) II e III.

44

A Lei nº 8.429/1992 dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de função na administração pública.

Acerca das disposições legais relativas à declaração de bens pelos agentes públicos, é correto afirmar que:

- (A) a posse no cargo do agente público é condicionada à apresentação de declaração de bens;
- (B) a declaração de bens do agente público está limitada ao seu patrimônio pessoal;
- (C) a declaração de bens só precisa ser atualizada quando houver alterações significativas no patrimônio do agente público;
- (D) é obrigatória a entrega de cópia da declaração anual de imposto de renda do agente público;
- (E) a pena para o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens é a suspensão.

45

Mesmo considerando os benefícios trazidos pela gestão de projetos, boa parte deles falha, por razões intrínsecas e/ou extrínsecas.

Nesse sentido, diz respeito a uma falha de projeto por razão externa:

- (A) pouca compreensão da complexidade do projeto;
- (B) adoção de sistemas de controle inadequados;
- (C) estimativas do projeto com base empírica;
- (D) mudanças nas tecnologias disponíveis no mercado;
- (E) existência de muitas atividades e prazo curto para execução.

46

O orçamento público no Brasil é elaborado com base em princípios, os quais representam uma contribuição francesa para a evolução do orçamento público no mundo.

O princípio orçamentário que impõe restrições e faz concessões quanto à alocação dos recursos é:

- (A) equilíbrio;
- (B) legalidade;
- (C) exclusividade;
- (D) especificação ou discriminação;
- (E) não afetação da receita de impostos.

47

Vinícius recebeu como tarefa de seu chefe a criação de um indicador capaz de medir o valor unitário de produção de um produto, considerando apenas seus custos de aquisição de insumos.

O melhor indicador que ele pode conceber com esse objetivo é:

- (A) a quantidade final produzida do produto;
- (B) o valor total investido na aquisição de insumos;
- (C) a divisão da quantidade total produzida pelo valor investido em insumos;
- (D) a divisão do valor investido em insumos dividido pela quantidade total produzida;
- (E) a divisão do valor investido em insumos dividido pela quantidade total de horas trabalhadas pela equipe.

48

De acordo com a LRF, a renúncia de receita decorre da concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária que correspondam a tratamento diferenciado.

A renúncia de receita em que um ente estatal exclui do crédito tributário a parte relativa à multa aplicada ao sujeito passivo por infrações cometidas é denominada:

- (A) isenção;
- (B) anistia;
- (C) redução;
- (D) remissão;
- (E) subsídio.

49

De acordo com as disposições da Lei nº 4.320/1964 e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), os bens ou serviços gerados ou adquiridos com a aplicação de recursos movimentados a partir de transferências (correntes e de capital) pertencem ou se incorporam ao patrimônio do ente ou da entidade recebedora.

A entrega de recursos por meio de transferências correntes e de capital podem ser feitas aos seguintes entes, EXCETO:

- (A) consórcios públicos;
- (B) entidades privadas com fins lucrativos;
- (C) entidades privadas sem fins lucrativos;
- (D) entidades integrantes do mesmo orçamento;
- (E) outro ente da Federação.

50

Em um determinado ente estadual, o limite da despesa total com pessoal no âmbito do Poder Legislativo é de 60% para a Casa Legislativa e 40% para o Tribunal de Contas.

Sabendo-se que ao final do terceiro quadrimestre do último exercício financeiro encerrado, o ente estadual apurou uma receita corrente líquida de R\$ 51,25 bilhões, o limite máximo da despesa total com pessoal da Assembleia Legislativa corresponde a:

- (A) R\$ 922.500.000;
- (B) R\$ 1.025.000.000;
- (C) R\$ 1.537.500.000;
- (D) R\$ 1.845.000.000;
- (E) R\$ 3.075.000.000.

51

No primeiro mês do exercício financeiro, o orçamento de um ente público ainda não havia sido aprovado pelo Poder Legislativo. Porém, algumas receitas foram recolhidas aos cofres públicos nos primeiros dias do ano.

Considerando que as receitas estão relacionadas ao orçamento do exercício e o ente não atravessa situações extraordinárias, as receitas arrecadadas antes da aprovação do orçamento poderiam ser classificadas nas seguintes categorias, EXCETO:

- (A) receitas tributárias;
- (B) receitas de contribuições;
- (C) receitas originárias;
- (D) receitas de operações de crédito;
- (E) receitas de dívida ativa.

52

Quando em determinada entidade o auditor tiver necessidade de averiguar informações junto aos funcionários responsáveis pelo acompanhamento das vendas, da posição dos investimentos e dos controles internos, deverá usar a técnica:

- (A) da amostragem;
- (B) da conferência de cálculos;
- (C) da circularização;
- (D) do exame de registros auxiliares;
- (E) do inquérito.

53

Em um determinado município foram criados centros digitais para que a população pudesse ter acesso à internet, por meio de diversos quiosques instalados em pontos estratégicos da cidade. Foram instalados os quiosques, com computadores, rede de internet e softwares antivírus, além de um sistema de cadastro dos usuários. O município optou por não instalar programa de controle do tempo de uso dos computadores pelos usuários, pois iria onerar o projeto além dos valores previstos e por sua menor relevância.

Essa decisão da administração municipal está de acordo com o seguinte princípio do controle interno:

- (A) aderência a diretrizes e normas;
- (B) controle sobre as transações;
- (C) formalização de instruções;
- (D) delegação de responsabilidades;
- (E) relação custo-benefício.

54

Um dos esforços do trabalho do auditor consiste em buscar evidências que possam fundamentar suas conclusões sobre as demonstrações contábeis. As evidências podem ser relacionadas à finalidade para a qual são colhidas ou à sua natureza.

As evidências relacionadas à natureza correspondem a provas que servem para validar os registros contábeis.

Dos exemplos a seguir, o que NÃO constitui evidência quanto à natureza é:

- (A) constatação de existência física de bens;
- (B) declaração de fontes verbalmente consultadas;
- (C) incapacidade financeira de pagar credores no vencimento;
- (D) eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis;
- (E) documentos comprobatórios da legitimidade de transações.

55

A despesa orçamentária é executada em estágios que representam atos e fatos administrativos e geram registros contábeis para fins de controle.

O estágio da despesa orçamentária em que, por definição, se considera ocorrido o fato gerador é:

- (A) empenho;
- (B) lançamento;
- (C) licitação;
- (D) liquidação;
- (E) programação.

56

Desde o surgimento da prática orçamentária no setor público, muitas concepções e modelos surgiram influenciados pelas necessidades da própria Administração Pública. Considere os modelos orçamentários e as características apresentadas no quadro a seguir:

(1)	Orçamento Tradicional	()	Difundido a partir de esforços da ONU e da CEPAL
(2)	Orçamento por Desempenho	()	Ênfase na classificação em unidades administrativas e elementos
(3)	Orçamento Base-Zero	()	Ênfase na tomada de decisões sobre despesas
(4)	Orçamento Programa	()	Legalmente exigido no Brasil
(5)	Orçamento Participativo	()	Organicidade dos componentes do planejamento
		()	Reduzida relevância dos aspectos econômicos
		()	Regulamentado por alguns entes federativos brasileiros
		()	Visa instrumentalizar a ação gerencial

A associação correta entre os modelos orçamentários e as características é:

- (A) 2-3-4-5-1-3-2-1;
- (B) 2-4-2-5-4-1-5-3;
- (C) 3-1-4-5-2-5-2-3;
- (D) 4-1-3-4-4-1-5-2;
- (E) 4-3-1-2-3-4-5-2.

57

Durante o exercício financeiro, verificou-se que, em um ente público, a dotação para serviços de manutenção de equipamentos de informática foi dimensionada a menor. Em decorrência disso, foi solicitada a abertura de um crédito adicional.

Esse crédito adicional:

- (A) conserva a sua especificidade e não é incorporado ao orçamento;
- (B) deve ser coberto apenas com recursos de superávit financeiro;
- (C) pode ser reaberto no exercício seguinte, no caso de execução incompleta;
- (D) pode ser aberto dentro dos limites autorizados na LOA;
- (E) não pode gerar inscrição em restos a pagar.

58

“Art. 48. Fica limitado em 5% (cinco por cento) da Receita Corrente líquida do ano imediatamente anterior o impacto financeiro da concessão de novos programas de benefícios fiscais que forem instituídos”.

De acordo com as disposições legais e constitucionais quanto ao conteúdo dos instrumentos de planejamento, a determinação contida no texto:

- (A) deve ser estabelecida na LOA;
- (B) deve ser estabelecida na LDO;
- (C) deve ser estabelecida no PPA;
- (D) pode ser estabelecida na LDO e na LOA;
- (E) não trata de um conteúdo dos instrumentos de planejamento.

59

As despesas públicas são apresentadas no orçamento e nos demonstrativos contábeis e fiscais de acordo com alguns critérios de classificação para fornecer informações de desempenho e controle.

Algumas dessas classificações são legalmente requeridas e as categorias previamente definidas. Uma dessas classificações é:

- (A) funcional;
- (B) institucional;
- (C) programática;
- (D) quanto à coercitividade;
- (E) quanto ao impacto patrimonial.

60

A elaboração de um quadro de indicadores de desempenho organizacional deve obedecer certos atributos.

Nesse sentido, um indicador que capte os aspectos mais importantes de um dado processo refere-se ao atributo de:

- (A) adaptabilidade;
- (B) disponibilidade;
- (C) economia;
- (D) representatividade;
- (E) simplicidade.

61

A Lei nº 4.320/1964 define Restos a Pagar como despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro de cada exercício financeiro. Informações acerca dessas despesas podem ser acompanhadas a partir dos relatórios fiscais, conforme disposto na LRF.

Acerca das informações fiscais dos restos a pagar, analise as afirmativas a seguir:

I) O Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão é um anexo do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) divulgado em todos os bimestres.

II) O Demonstrativo dos Restos a Pagar é um anexo do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) divulgado apenas no terceiro quadrimestre.

III) As versões simplificadas tanto do RREO quanto do RGF apresentam informações sobre restos a pagar.

IV) No último ano de mandato, a LRF veda a inscrição de despesas em restos a pagar.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I e II;
- (B) I, II e III;
- (C) II e III;
- (D) II, III e IV;
- (E) III e IV.

62

As definições de missão e visão de uma organização são etapas fundamentais para o processo de planejamento estratégico de uma organização.

Corresponde a uma declaração de visão:

- (A) “Oferecer lazer ao associado, visando sua satisfação e integração através de atividades esportivas, sociais e culturais, com qualidade e competência, em um ambiente saudável, seguro e amistoso”;
- (B) “...ser reconhecido como referência de organização educacional e do terceiro setor, diferenciada pela ação inovadora, diversificada e socialmente solidária”;
- (C) “Viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira”;
- (D) “Contribuir decisivamente para o desenvolvimento sócioeconômico e melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira, utilizando instrumentos da Metrologia e da Qualidade...”;
- (E) “Promover o intercâmbio Cultural”.

63

Em relação às distinções entre eficiência e eficácia, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e "F" para a(s) falsa(s):

() Ser eficiente é cuidar para que os insumos sejam aplicados da melhor maneira possível.

() Ser eficaz é entregar o que é pedido dentro do prazo solicitado.

() Ser eficiente significa focar nos fins e não nos meios.

A sequência correta é:

(A) V – V – F;

(B) V – F – F;

(C) F – V – V;

(D) F – F – V;

(E) F – V – F.

64

O governo de um ente estatal definiu como uma das políticas quadrienais o desenvolvimento do artesanato em uma região do Estado, conhecida pela tradição com cerâmicas, rendas e bordados. Para tanto, ele pretende subsidiar recursos para treinamento, construção de instalações e aquisição de matérias-primas.

O governo estadual, por meio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social, realizou uma análise quanto à disponibilidade de pessoal para compor um departamento apropriado para implementar, conduzir e acompanhar a operação de concessão de subsídios.

Sob a perspectiva do documento *Guidelines for Internal Control Standards for the Public Sector*, emitido pelo *International Organization of Supreme Audit Institutions (INTOSAI)*, a análise efetuada está relacionada ao seguinte componente:

(A) monitoramento;

(B) avaliação de riscos;

(C) ambiente de controle;

(D) informação e comunicação;

(E) procedimentos de controle.

65

Na apuração da Receita Corrente Líquida (RCL) de um ente estadual, conforme definido pela LRF (Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal), alguns itens devem ser deduzidos do somatório das receitas correntes.

Dos itens a seguir, o que NÃO representa uma dedução da RCL estadual é:

(A) contribuições para custeio de pensões militares;

(B) contribuições para custeio do sistema de previdência dos servidores;

(C) contribuições dos empregadores e trabalhadores para a Seguridade Social;

(D) dedução da receita para formação do FUNDEB;

(E) transferências constitucionais e legais.

66

Os dados apresentados no quadro a seguir foram retirados do Relatório de Gestão Fiscal de um ente estadual relativo ao segundo quadrimestre de 2016 e estão expressos em milhares de reais.

Dívida mobiliária	4.855
Dívida contratual	102.870.680
Precatórios	410.645
Outras dívidas	16.225
Disponibilidade de caixa bruta	5.929.145
Demais haveres financeiros	1.914.340
Restos a pagar processados	3.072.730
RCL	48.793.305

De acordo com as disposições da LRF quanto à dívida consolidada líquida (DCL), é correto afirmar que, no quadrimestre:

(A) a DCL do ente é de 95,5 bilhões de reais;

(B) a DCL ultrapassou o limite máximo em menos de 2%;

(C) a DCL ultrapassou o limite máximo em mais de 10%;

(D) a DCL está abaixo do limite prudencial;

(E) a DCL está 4,4% abaixo do limite máximo.

67

A secretaria de planejamento de um ente público solicitou informações da secretaria de finanças para verificar a disponibilidade de recursos para abertura de créditos adicionais especiais durante a execução orçamentária. Foram fornecidas as seguintes informações:

Descrição	Valor
Ativo financeiro	70.225.100,00
Passivo financeiro	28.544.765,00
Créditos especiais reabertos	13.465.080,00
Créditos extraordinários abertos no exercício	6.572.190,00
Excesso de arrecadação registrado até o mês	9.125.400,00
Reserva de contingência	5.000.000,00
Dotações passíveis de anulação	3.761.270,00

O montante do superávit financeiro utilizável para fins de abertura de créditos adicionais representa:

(A) 21.643.065,00;

(B) 28.215.255,00;

(C) 30.768.465,00;

(D) 39.529.735,00;

(E) 41.680.335,00.

68

Isabela é a diretora de uma organização. Sob sua direção estão diferentes áreas interdependentes da empresa. Recentemente, Isabela identificou que alguns setores que deveriam manter contato permanente para a condução de suas atividades têm falhado nesse sentido.

Analisando-se corretamente a situação, conclui-se que Isabela precisa melhorar sua função administrativa de:

- (A) previsão;
- (B) organização;
- (C) comando;
- (D) coordenação;
- (E) controle.

69

Em termos de abrangência, os planos de um planejamento podem ser estratégicos, táticos e operacionais.

Nesse sentido, a definição de metas para grupos específicos dentro de uma organização e a forte orientação para o contexto da economia local em que está inserida essa organização dizem respeito, respectivamente, aos níveis:

- (A) estratégico e tático;
- (B) estratégico e operacional;
- (C) tático e estratégico;
- (D) tático e operacional;
- (E) operacional e estratégico.

70

De acordo com a Lei nº 8.666/93, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com alguns princípios básicos, como os:

- (A) da legalidade, da publicidade, da improbidade administrativa e da economicidade do preço previsto no contrato administrativo;
- (B) da igualdade, da eficiência, da competitividade entre os interessados em licitar, da publicidade e do julgamento subjetivo;
- (C) da impessoalidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo;
- (D) da moralidade, da celeridade, da oralidade, da publicidade e do julgamento conforme a íntima convicção motivada;
- (E) da eficiência, da economicidade do preço previsto no contrato administrativo, da pessoalidade e da publicidade.

Realização

